

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE AVEIRO


ACTA Nº 56

Aos vinte e três dias do mês de Novembro do ano de mil novecentos e oitenta e oito, nesta cidade de Aveiro e Salão Cultural do Município, reuniu a Assembleia Municipal de Aveiro, na sessão ordinária do mês de Novembro, sob a presidência do Presidente, Francisco Fernando da Encarnação Dias, Secretariado pelos Vogais, António dos Santos Costa, Primeiro Secretário e Carlos Alberto de Jesus Moreira, Segundo Secretário, no impedimento legal do titular do cargo e com a presença dos Vogais, Rogério da Silva Leitão, José Luís Rebocho de Albuquerque Christo, José Carlos da Silva Neves, Jorge Manuel do Nascimento, Isidro Ferreira de Oliveira Fernandes, Elias de Oliveira Vieira, Fernando dos Santos Manata, António José Valente, Carlos Alberto da Silva Jerónimo, Fernando Augusto de Oliveira, Manuel Rodrigues Simões, Manuel Tavares Duarte, Fernando Tavares Marques, Manuel Arede de Jesus, Porfírio Vieira de Carvalho e Silva, Manuel Branco Pontes, António Norberto da Silva Correia e Artur José Lopes Lobo.

Pelas 21,00 horas o Presidente declarou aberta a presente reunião.

Procedeu-se à chamada e verificaram-se as faltas dadas pelos Vogais, Albertino Moreira de Oliveira, Maria Josefa Pimentel Martins Cipriano, Joaquim Luís Monteiro Mendes Gomes, Carlos Manuel Natividade da Costa Candal, Helder Oliveira dos Santos Filipe, José Fernando da Silva Caldeira Bettencourt, Manuel Simões Madail, Manuel Gaspar Fernandes, Armando Manuel Dinis Vieira, Amândio Ferreira Canha Júnior e Libério da Silva Santos.

Imediatamente a seguir, o Presidente deu nota dos pedidos de justificação de faltas apresentados pelos Vogais Maria Josefa Pimentel Martins Cipriano, Carlos Alberto da Silva Jerónimo, António Rocha Dias Andrade e Fernando dos Santos Manata.



Ainda no uso da palavra o Presidente comunicou à Assembleia que o Vogal Carlos Vicente Ferreira, pediu a suspensão do mandato por noventa dias, sendo substituído pelo Vogal Carlos Alberto da Silva Moreira; igualmente também o Snr. Vogal António Rocha Dias de Andrade, pediu a suspensão do mandato, encontrando-se substituído já, pelo Vogal Helder Oliveira dos Santos Filipe.

Seguidamente o Presidente informou que seguir-se-á o período regulamentar de antes da ordem do dia.

#### PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

Usou da palavra o Vogal José Luís Christo, que começou por referir o facto de ser esta a primeira sessão que se realiza após o grave acidente de trânsito, ocorrido com a esposa do Presidente da Câmara. Supondo interpretar os sentimentos de todos os membros da Assembleia, manifestou ao Dr. Girão Pereira, a solidariedade dos mesmos e pessoalmente a sua, com votos unânimes de um rápido restabelecimento.

Seguidamente e no âmbito dos acessos ao Porto de Aveiro, solicitou ao Presidente da Assembleia, informação sobre o pedido formulado de audiência da "Comissão Cívica Dinamizadora", formada por membros desta Assembleia e membros da Assembleia Municipal de Ílhavo, para debaterem os problemas dos acessos ao Porto de Aveiro. Prosseguindo, disse, caso ainda não tenha havido uma resposta ao solicitado, pediu para que se envidem esforços tendentes à obtenção da referida audiência.

Continuando no uso da palavra, aproveitou para publicitar o seguinte: - as notícias que têm surgido ultimamente nos jornais e que se integram no debate sobre os acessos ao Porto de Aveiro (notícias; entrevistas e comunicados), levam aque Vogal a concluir que existem muitos "venenos" metidos neste debate, os quais levam as entidades governamentais detentoras do poder de decisão a respeito dos acessos ao Porto de Aveiro, a que

eventualmente possam estar mal esclarecidas e em consequência decidam mal.

A concluir a sua intervenção fez votos para que se consiga a audiência com as entidades competentes, pois está convicto que muitos mal entendidos poder-se-iam dissipar e muitas informações erradas poderiam ser corrigidas por forma a que efectivamente a melhor decisão seja tomada, obstando assim a que Aveiro e Ílhavo, venham a sofrer futuramente os gravíssimos efeitos que poderão resultar para a Região de Aveiro, se os acessos vierem a ser realizados de acordo com os projectos J. A. E. e C. P..

Seguiu-se no uso da palavra o Vogal Elias Vieira, para fazer abordagem de três questões; a primeira relaciona-se com as expropriações de terrenos para a criação de Novas Zonas Industriais. Referiu que, se até aqui era um facto que o Município de Aveiro, se podia orgulhar de nunca ter feito expropriações litigiosas, pois conseguia sempre entendimento a contento das partes, surpreende-se agora que a Câmara tenha tomado juntamente com a deliberação da criação das Novas Zonas Industriais, simultaneamente a deliberação de expropriar os terrenos para o fim em vista. E a questão é esta - em algumas dessas zonas, as pessoas tem sido sacrificadas com expropriações para estradas, auto-estradas, vias rápidas etc. e afigura-se-lhe um pouco injusto para os proprietários das zonas atingidas(embora seja de louvar o facto de se conseguirem terrenos para implantação de Minis Zonas-Industriais, para oferta a eventuais interessados), serem prejudicados com isto, dado que o preço pago por mq. aos referidos proprietários é praticamente irrisório.

A segunda questão colocada por aquele Vogal prende-se com o facto de muito brevemente a Assembleia Municipal, ser chamada a apreciar o Plano de Actividades e o Orçamento para o Ano de 1989. Entende por tal facto, que seria oportuno a tão propalada visita ao concelho, antes da apreciação do Orçamento e Plano de Actividades, pois decerto esta visita ir-se-ia reflectir numa discussão bastante mais produtiva e com conhecimento de causa antes da aprovação daqueles instrumentos legais.

A finalizar chamou atenção para o mau aspecto sob o ponto de vista de limpeza, do quiosque, implantado junto aos Armazéns de Aveiro. Dado tratar-se de uma zona importante da cidade, entende que o referido quiosque deveria ser alvo de uma



4.

atenção mais cuidada, pois não será muito curial, por parte da Câmara e S.M., deixá-lo no estado actual de degradação.

Neste momento entrou o Vogal António Ferreira da Silva.

Seguiu-se no uso da palavra o Vogal Carlos Jerónimo, que começou também por ser solidário com o voto de solidariedade aqui proposto, pelo acidente da esposa do Snr. Presidente da Câmara, que como é natural sensibilizou e preocupou os membros desta Assembleia.

Imediatamente a seguir manifestou o seu contentamento pelo facto de se começar a ver já nas artérias da cidade, a sinalética anunciada pela Câmara e tão reivindicada por esta Assembleia. Referiu também o lançamento da Campanha para a Limpeza da Cidade, e disse parecer-lhe que a mesma não teve a dimensão que seria desejada, pois pensa que não estará suficientemente directo o contacto com os cidadãos para os sensibilizar, quanto à necessidade de manter a cidade limpa.

Finalmente pretendeu saber e face a uma notícia publicada na Imprensa diária, se há algum desenvolvimento quanto à questão do Pavilhão do Clube dos Galitos, dado que a notícia que difunde a visita que um membro do Governo fez há poucos dias ao concelho de Aveiro, foca com especial ênfase, as Piscinas do Beira-Mar e o Pavilhão do S. Bernardo, pois estas duas iniciativas ao que parece constarão do Plano de Participações para 1989; não se fazendo qualquer referência à construção do Pavilhão do Clube dos Galitos, velha aspiração da colectividade e dos seus sócios e que há longos anos aquele Vogal tem vindo a levantar, quer no Conselho Municipal, quer na Assembleia Municipal.

Neste momento entraram os Vogais Maria Antónia Pinho e Melo e Joaquim Arnaldo Mendonça.

Usou da palavra o Vogal Jorge Nascimento e secundando os membros da Assembleia que o antecederam, quis também manifestar publicamente a sua inteira solidariedade para o que for necessário e desejou um rápido restabelecimento da esposa do Dr. Girão Pereira.

Prosseguindo referiu-se aos acessos ao Porto de Aveiro, nomeadamente o facto de terem vindo a público algumas notícias publicadas nos jornais que são de certo modo contraditórias quanto ao mérito do traçado tal qual foi definido pela Administra



ção Central e aquela orientação para esse traçado que é proposta por aquelas pessoas que mais directamente se têm interessado por esse traçado (Comissão Cívica Dinamizadora), aproximando-o da Ilha de Sama. Disse conhecer a posição que foi definida por essa Comissão numa reunião havida no Salão Nobre da Câmara, a qual lhe parece ter muito mérito. No entanto há poucos dias, teve também oportunidade de ler na Imprensa, que as intenções da Administração Central, ou seja o traçado definido por este, não deixaria de ter também o seu mérito. E esse mérito parece radicar-se essencialmente nisto: - "que o afastamento desses traçados para o aproximar da Ilha de Sama, traria como consequência fatal e inevitável, digamos que um ulterior aproveitamento de toda a zona lagunar actualmente existente que preencheria todo esse espaço que viria a existir entre a actual zona urbanizada e o novo traçado". A terminar manifestou o desejo de que a Mesa ou então o Vogal José Luís Christo, pessoa mais directamente ligada a esta questão, lhe prestem esclarecimentos sobre estes aspectos.

No âmbito do trânsito da Av. Peixinho, pretendeu saber se a actual sinalização tem carácter definitivo ou se estará ainda em fase de experimentação e <sup>se</sup> subsequentemente irá ter a reformulação que se considere mais adequada à perfeita utilização das vias de trânsito. Chamou também atenção para um aspecto que tem preocupado as pessoas e que resulta do alargamento da Variante de Cacia; trata-se dos degraus dos pontões das Passagens Superiores dos Caminhos de Ferro, que não foram rebaixados ao mesmo nível da via e como consequência tem originado graves acidentes, pois não existe qualquer tipo de sinalização alertando os condutores para estes perigos, desejando saber qual é a entidade que responde por este estado de coisas, pois entende que devem ser tomadas medidas tendentes a eliminar a situação presente. Por último pediu esclarecimentos sobre o Plano de Pormenor Urbanístico de Sá-Barrocas; se se encontra já aprovado ou na negativa para quando se prevê a sua aprovação.

Seguiu-se no uso da palavra o Presidente da Mesa, que disse ser a mesma solidária com as manifestações de solidariedade ao Presidente da Câmara, expressas nesta Assembleia pelo rápido restabelecimento da esposa. Aproveitando o ensejo e dado que já tem levantado o problema noutros locais, disse ser manifesta a falta que o Hospital de Aveiro, como Hospital Distrital, tem de uma unidade de reanimação. Por tal facto e dado ser

*Silva*  
6.2

o Distrito de Aveiro uma zona onde há um índice elevadíssimo de acidentes, com traumatismos múltiplos, que requerem normalmente cuidados intensivos; considera pois ser uma lacuna grande a falta desta unidade nos Serviços Hospitalares de Aveiro. Entende portanto que deve ser tomada uma posição nesta Assembleia, para fazer sentir junto do Ministério da Saúde, a necessidade urgente em se equipar o Hospital de Aveiro com a referida unidade de reanimação.

Mudando de tema e referindo-se agora às visitas às Freguesias, do concelho, disse haver uma certa dificuldade em se obter consenso de todos os membros da Assembleia, em destinarem um dia para o efeito, no entanto disse que iria envidar esforços no sentido de que a visita ao concelho se faça ainda antes da discussão do Plano de Actividades e Orçamento.

No que se refere ao problema da Variante, disse desconhecer a quem compete a responsabilidade pelos problemas que foram levantados pelo Vogal Jorge Nascimento.


No âmbito dos acessos ao Porto de Aveiro e relativamente aos pedidos de audiência por parte dos membros do Governo responsáveis, apesar de se ter solicitado audiência a várias entidades Governamentais; até à data não se obteve qualquer resposta.

Seguiu-se no uso da palavra o Vogal Joaquim Mendonça, que começou por pedir desculpas por ter chegado um pouco atrasado. Seguidamente expressou também os votos de rápidas melhoras à esposa do Presidente da Câmara, não só a nível pessoal, como também em nome de toda a bancada do P.S.D..

A concluir solicitou um esclarecimento relativamente à Rua da Pega, pretendendo saber se essa via tem seguimento para Sul, integrando-se na Urbanização Universitária, ou se a antiga Rua da Pega irá ser alargada ou beneficiada para o nó da artéria que vai até ao Seminário.

Usou novamente da palavra o Vogal Carlos Jerónimo e no âmbito dos acessos ao Porto de Aveiro e a propósito de vários artigos e entrevistas publicados nos meios de comunicação Social, disse que os mesmos lançam sem dúvida uma certa confusão relativamente à razoabilidade ou não da proposta J.A.E..

Prosseguindo referiu que será a última vez que intervirá sobre os Acessos ao Porto de Aveiro. Adiantando que nas



reuniões que se fizeram da tal Comissão Cívica, com Técnicos, no Salão Nobre da Câmara, teve o cuidado de salientar que era indispensável fundamentar a alternativa Norte, com a defesa escrita e fundamentada, dos grupos ecológicos, que diziam que essa era a melhor solução, aliás defendida por aquele Vogal. Posteriormente aparece uma posição de um desses movimentos ecológicos a dizer precisamente o contrário, considerando a solução Norte, como a pior. Disse pensar também que esta Assembleia e a própria Comissão Cívica, não tiveram possibilidades materiais, quer em termos de apoios e de recursos a que lançar mão para fundamentarem uma proposta que àquele deputado lhe parece até prova em contrário mais razoável do que a proposta J.A.E., pois considera esta um espartilho brutal para a cidade e lamentavelmente nem a cidade foi alertada atempadamente para se movimentar; acordou-se tarde demais nesta Assembleia considerou, e sem os meios e o empenhamento do grupo maioritário, nesta Assembleia, que é o C.D.S., do grupo maioritário a nível Nacional, que é o P.S.D., através dos seus representantes nesta Assembleia Municipal, não tiveram a capacidade de pugnar, pelo menos para esclarecerem e convencerem que não tinhamos razão. Por tal facto pensa pois que não vale a pena estar a esgrimir com moínhos de vento, lamenta que todo este processo se tenha esboroadado, dado que se pediram audiências a diversas entidades governamentais e nem sequer se obteve resposta. Portanto continua-se pura e simplesmente a pensar-se que Aveiro não existe no mapa geopolítico português, facto que já não é de agora mas sim de há muito tempo e esta cidade continua a não ter a força e a coragem necessárias para pugnar pelos seus interesses, concluiu.

Usando da palavra o Vogal José Luís Christo, referiu que a Comissão Dinamizadora dos acessos ao Porto de Aveiro, não tem só por si, capacidade de apresentar um projecto alternativo; está isso sim, a movimentar-se no sentido de solicitar que uma promessa que foi feita, já há alguns anos se cumpra - isto é, que a própria Administração Central, estude essa alternativa. "nós Comissão Dinamizadora, não temos dados (temos alguns) que nos permitam dizer que determinada solução é melhor ou é menos má..!, agora o que sabemos é que no processo que levou a esta decisão - esta alternativa não foi estudada (alternativa Norte);

foram estudadas várias alternativas e esta não foi estudada. Posso dar notícia de que sei, até porque a Cooperativa da qual sou membro gestor, prestou colaboração - sei que há cerca de um mês técnicos de uma empresa solicitaram o apoio da Cooperativa para fazer transportes de pessoal e de máquinas para a zona onde eventualmente deveria, no seu entender, ser feita uma das Pontes, e essa empresa esteve lá a fazer sondagens, o que dá a impressão que alguns estudos estão a ser determinados por alguém de direito, no sentido de estudar essa alternativa e espero que ela efectivamente seja estudada, porque eu como Aveirense também quero ser convencido de que esta solução que nos querem impor é única ou é melhor!".

Prosseguindo e relativamente à questão colocada pelo Vogal Jorge Nascimento, a propósito de um dos argumentos que tem aparecido ultimamente no debate (interesses fundiários por parte dos defensores da alternativa Norte), é falso, trata-se de uma afirmação insultuosa, que disse devolver aos seus autores; até porque quem defende a alternativa Norte dos acessos ao Porto de Aveiro, defende que toda a zona entre o Canal de S. Roque e a zona onde eventualmente se implantariam os acessos ao Porto, seja uma zona "non aedificandi" ou então uma zona destinada a eventuais construções que tivessem a ver com o colectivo e não com interesses meramente privados.

A concluir disse ser falso este tipo de argumentação e quem defende a alternativa Norte não tem qualquer tipo de interesses privados e é o interesse colectivo que os faz lutar até à exaustão, no sentido de que esse estudo se faça.

Usou da palavra a Vogal Maria Antónia Pinho e Melo, para solicitar ao Presidente da Mesa a justificação da falta dada à reunião anterior, motivada por ausência no estrangeiro. Tendo a mesma sido aceite e justificada pelo Presidente da Mesa.

Seguiu-se no uso da palavra o Presidente da Câmara que começou por agradecer as manifestações de solidariedade expressas por todos os membros dos partidos políticos com assento nesta Assembleia, pelo acidente de trânsito ocorrido com sua esposa e do qual resultou graves ferimentos. Prosseguindo disse pretender declarar publicamente e relativamente ao Hospital de Aveiro, unidade hospitalar que prestou os primeiros socorros, o seguinte: - Tem-se ouvido à cerca do Hospital de Aveiro, algumas afirmações que disse considerar menos correctas; por tal facto, pensa pois,



*Supra*  
9. 11

que a cidade de Aveiro, o Presidente da Câmara, a Câmara e a Assembleia Municipal, têm o direito e a obrigação de defender o Hospital de Aveiro. Tem este Hospital, de facto óptimas instalações e também óptimos profissionais. Porém, em alguns sectores disse verificar-se no mesmo, carência do equipamento necessário para que os profissionais que aí desempenham as suas funções, se sintam perfeitamente realizados. Apesar da equipa ortopédica e cirúrgica que na urgência tiveram uma intervenção imediata e que realizou um trabalho que foi claramente elogiado no Hospital, para onde posteriormente teve necessidade de ser transferida em consequência da carência de uma unidade de reanimação no Hospital de Aveiro, estes profissionais, disse, realizaram um trabalho meritório e à semelhança do que acontece um pouco já, com outros sectores que vão sendo dotados com tecnologia Hospitalar de ponta, do que estes profissionais precisam é sem dúvida de meios técnicos que lhes permitam um cabal cumprimento da missão de que estão cometidos.

É pois este o desafio e pensa também ser este o sentido das palavras do Presidente da Assembleia, quando diz que é preciso que o Hospital de Aveiro, seja dotado de uma unidade de reanimação. Fez também questão de dissipar algumas dúvidas quanto a afirmações relativas ao brio profissional do corpo clínico e equipa de enfermagem, que aí desempenham funções; pensa que as mesmas não são correctas e importa é valorizá-los e dar-lhes condições para poderem desempenhar a sua função. A terminar formulou o desejo de que pese embora o acidente ocorrido com a esposa, sirva o mesmo de pretexto para todos em conjunto lutarmos para que o Hospital de Aveiro, tenha mais valências e melhor equipamento e se possa futuramente beneficiar outras pessoas com a posição que a Assembleia, tome hoje sobre o problema.

Por último agradeceu todo o carinho e apoio que lhe foi testemunhado, vindo dos mais variados quadrantes políticos o que de certa forma é enriquecedor, pois é demonstrativo de que as pessoas são capazes acima das divergências políticas e da guerra a esse nível, pôr em jogo outros valores.

Abordando seguidamente as questões que foram levantadas e referindo-se às mini-zonas Industriais, disse que de facto a Câmara tem-se orgulhado de até hoje não ter feito

nenhuma expropriação litigiosa - o que acontece é que a situação neste momento no concelho de Aveiro, começa a ser um pouco mais difícil e isto porque a especulação dos terrenos no mercado livre e na negociação directa com o Município, começam atingir montantes inoportáveis e a Câmara não pode e não deve aceitar esta situação. Então como medida cautelar e prevendo-se a criação destas minis-zonas industriais, decidiu-se também pedir a declaração de utilidade pública, o que não significa de maneira nenhuma que seja um processo de expropriação imediato. Trata-se pois mais, de uma medida cautelar, visando propôr ao Governo que declare de utilidade pública toda a zona onde eventualmente vão incidir estas minis-zonas industriais; não invalidando com isto que o Município não vá negociando directa e amigavelmente com os proprietários. Resumindo considerou pois, esta medida, mais como um instrumento jurídico para que se possa accionar o processo de expropriação com mais celeridade, caso não seja de todo em todo, possível chegar-se a um acordo com os proprietários dos terrenos.

No âmbito da campanha de limpeza, disse pensar que esta não está com a força necessária, ou não tem a força que deveria ter. E isto porque entende que este tipo de campanha deve começar por uma intervenção nas Escolas, sensibilizando primeiramente os alunos para o problema, para que estes sejam os agentes transmissores destas preocupações junto do seu núcleo familiar. Entende também que deve ser uma campanha continuada e que por tal facto não se esgota num curto lapso de tempo. Informou também que se está a proceder à distribuição de equipamento para o feito por toda a cidade, tendo em vista apoiar com este material a campanha em curso.

Quanto à questão suscitada referente à construção do Pavilhão do Clube dos Galitos, disse que o mesmo não está de facto incluído no P.I.D.A.C. de 1989. No entanto e em relação a esta obra julga ser possível depois de conversações com a Direcção do Clube, em meados de 89 actuar junto da Secretaria de Estado da área correspondente, no sentido de introduzir obras novas, para suprir aquelas que eventualmente não tenham entrado.

Referindo-se aos acessos ao Porto de Aveiro, disse ser apenas do seu conhecimento neste momento, o facto de se ter mandado fazer um estudo sobre o traçado Norte - estando-se neste momento a desenvolver a nível da J.A.E. e a nível da Secretaria de Estado das Vias de Comunicação; e o único elemento novo que se conhece neste processo, é que o traçado ferroviário ficou

  
11.

suspensão em consequência do referido estudo.

Prosseguindo a sua intervenção e relativamente à Rua da Pega, comunicou que a mesma vai ser alargada, está neste momento a ser objecto de um estudo paisagístico, vai ser também uma zona de acesso à Universidade, acesso à povoação de Santiago e encerra também uma ideia subjacente e que é a de futuramente criar aperturas para que esta marginal vá até Ílhavo e que portanto a ligação Aveiro/Ílhavo, possa ser feita também por uma marginal, isto se um dia for entendido conveniente e oportuno entre os dois concelhos a construção desta marginal.

Neste momento deu entrada na Sala o Vogal António Norberto Correia.

Seguiu-se no uso da palavra o Vereador Vitor Silva e em resposta às questões que aqui foram colocadas, começou primeiramente por se referir ao problema do quiosque de venda de bilhetes de Autocarro, que fica junto aos Arm. de Aveiro, disse que a Câmara irá tomar efectivamente medidas no sentido de mandar proceder à sua limpeza; no entanto esclareceu que esses cuidados deveriam ser mais da responsabilidade do concessionário do mesmo, pois trata-se de uma concessão e é a este que compete gerir e cuidar do seu bom aspecto.

Neste momento interrompeu o Presidente da Câmara para fazer uma pequena intervenção respeitante à sinalética - começando por referir que de facto gradualmente está-se a tentar introduzir sinalética nova na cidade e mobiliário urbano novo: - são os novos abrigos dos Autocarros, iluminados, são também os novos quiosques; referiu a dificuldade em se montarem estes últimos, considerou-os bons sob o ponto de vista estético, informou também que os antigos abrigos para os utentes dos autocarros, vão desaparecer e serão substituídos gradualmente por novos abrigos, os quais integrarão novos quiosques de acordo com a concepção daquele quiosque que já se encontra montado. Informou ainda que a Praça Melo Freitas, será dotada também de um quiosque.

Retomando a palavra o Vereador Victor Silva, disse que em relação à Av. Peixinho, está a ser cumprido na íntegra o projecto que foi aprovado por esta Assembleia Municipal.

Referiu-se também ao estacionamento em segunda fila, o que resulta de algum modo na obstrução da fluidez de tráfego que se pretendia para a referida Avenida. Adiantou um dado novo e que é o seguinte; na última reunião da Comissão de Trânsito aven-

tou-se a hipótese de propôr à Câmara que o estacionamento lateral na Avenida, seja abolido pura e simplesmente. Esta proposta está a ser analisada e se porventura vier a obter parecer favorável, será posteriormente submetida a ratificação da Assembleia Municipal, dado que foi este órgão que aprovou o projecto inicial. Presume-se pois que esta solução em termos de fluidez de tráfego resolveria muitos problemas, por outro lado disse também depararem-se dificuldades na busca de soluções alternativas à canalização desse estacionamento, e à priori a primeira alternativa que surge é a zona do Cojo, mas aqui levanta-se uma questão logo à partida que é a de saber se este local tem capacidade para aparcas todos os veículos automóveis que diariamente estacionam na Avenida. A terminar disse que o problema continua em aberto aguardando uma possível solução.

Relativamente ao mau estado do pavimento e deficiente sinalização na variante Cacia/Aveiro, disse não serem da responsabilidade da C.M. de Aveiro, mas sim do empreiteiro que procede ao seu alargamento. No aspecto do nivelamento da parte superior dos pontões do Caminho de Ferro, este trabalho está a ser executado e conseqüentemente aquele degrau que originava vários perigos para os automobilistas, em breve deixará de existir.

Neste momento entrou o Vogal Fernando dos Santos Manata.

Usando seguidamente da palavra e relativamente à zona de Sá-Barrocas, o Vereador Pires dos Santos, informou que o Plano de Pormenor Urbanístico da referida zona está aprovado pela Câmara e pela Assembleia Municipal, não estando contudo aprovado pela Administração Central. Acontece porém, que com o evoluir dos tempos, os próprios Serviços Técnicos do Município, verificaram que seria bom introduzir-lhe algumas modificações; foi feito um estudo tendente a introduzir as alterações julgadas convenientes e pensa-se que em relação ao estudo primitivo há uma natural melhoria. Porém há também um aspecto que urge ultimar, trata-se da articulação com o B.I.A., sobre uma zona da qual este organismo tem jurisdição e como tal não será oportuno submeter o Plano a aprovação superior, sem que estes pontos estejam acertados.

No que se refere à viabilidade de construção para o local, informou que a Câmara está neste momento a desenvolver esforços no sentido de lançar as infraestruturas básicas para poder assim dar satisfação aos anseios das pessoas interessadas em construir na referida zona.

Seguindo-se no uso da palavra o Presidente da Mesa, deu o período de Antes da Ordem do Dia por encerrado, passando-se à apreciação da Agenda de Trabalhos.

### ORDEM DE TRABALHOS

#### PONTO Nº 1 - COMUNICAÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL.

Usando da palavra o Presidente da Câmara começou por fazer referência à situação financeira do Município, considerando-a equilibrada e segura. Não sendo no entanto uma situação financeira desafogada é uma situação financeira que permite ao Município neste momento, cumprir pontualmente quer com fornecedores, quer com empreiteiros; existe portanto uma situação controlada e isto também graças à introdução de sistemas informáticos, que reduzem ao mínimo as dificuldades de gestão, permitindo dar-nos permanentemente uma leitura rápida da posição exacta da Câmara sob o ponto de vista financeiro.

No âmbito do aproveitamento dos Fundos Comunitários, informou a Assembleia que tudo aquilo que tem sido aprovado a nível dos vários Fundos Comunitários o Município tem-os aproveitado na íntegra, nomeadamente: FEDER; FEOGA; VALOREM; PEDIP Etc. Considerou também que a Câmara de Aveiro neste momento está com um volume de obras excepcional, o que às vezes se torna um pouco preocupante, dado que por vezes surgem problemas resultantes desse grande volume de obra. Considera que a Câmara de Aveiro é das Câmaras do País que neste momento tem mais obras lançadas e isto resulta do facto da situação financeira que o Município atravessa neste momento, e deriva também do trabalho desenvolvido por todo o elenco Camarário, bem como de uma nova realidade na Câmara de Aveiro, que fez questão em salientar, pois trata-se da nova geração de Técnicos da Câmara. Disse também que, aparentemente esta posição poderá ser considerada demagógica; no entanto não a considera como tal, e isto porque neste momento só é possível ter tal volume de obra em adamento, porque a Câmara de Aveiro, tem jovens muito empenhados no trabalho que executam, nomeadamente indo ao ponto

de sacrificarem os próprios fins de semana, quando está em jogo concluir determinado trabalho. Por outro lado disse reconhecer também que há deficiências, que há erros, é evidente que são pouco experientes, é evidente que o facto de serem muito jovens, comporta também os seus riscos; em contrapartida pensa também que é uma vantagem muito grande, na medida em que se está numa fase que é possível corrigir eventuais distorções, formulando votos para que a Câmara de Aveiro saiba aproveitar para o futuro, esta nova geração.

No que se refere agora à Zona de Santiago, neste momento a Câmara tem em execução a Habitação Social - empreendimento que é o maior do País, no género (em termos de habitação Social) Os trabalhos decorrem normalmente e a conclusão final deste empreendimento vai permitir que a cidade de Aveiro, o Município, a Assembleia Municipal, os Partidos Políticos e os cidadãos, se possam orgulhar de dizer, que a habitação degradada, acabará em Aveiro, bem como as condições subhumanas que esse tipo de habitação encerra.

Abordando seguidamente o problema da Cooperativa Chave, disse pressupôr que este problema tenha chegado finalmente a vias de resolução e isto na medida em que se conseguiu fazer um acordo com o I.G.A.P.H.E., para a transferência de todos os terrenos sobrantes; por outro lado deu-se à Cooperativa Chave por decisão tomada na Câmara, muitos mais Fogos, do que os que inicialmente aquela Cooperativa previa, apontando-se para um total que ronda os duzentos Fogos.

É evidente que esta resolução será objecto de um certo cuidado e implicará condições a impôr pelo Município, tais sejam um clausulado que obrigará a Cooperativa a construir aquele número de Fogos sob pena de reversão. Disse também haver um elemento novo que por certo contribuirá para o bom êxito do empreendimento e que é o facto de se ter conseguido um financiamento autónomo para arranque dos primeiros Fogos.

Ainda no âmbito da zona de Santiago, informou também que tiveram início os arranjos exteriores entre os Edifícios amarelos. Considerou tratar-se de uma empreitada de grande envergadura, pois o seu valor ronda os oitenta mil contos, iniciou-se já a primeira fase e espera-se que dentro de alguns meses, toda aquela zona degradada interior esteja ajardinada. Fez-se também um acordo com o I.G.A.P.H.E., para a transferência de todos os terrenos sobrantes de Santiago, onde nomeadamente será implantado um

Mercado Municipal, bem como as Piscinas, que finalmente estão desbloqueadas e cuja construção avança no ritmo certo. Referiu-se ao futuro Pavilhão do Clube dos Galitos, cuja execução considerou irreversível, considerando no entanto que se irão deparar algumas dificuldades de apoio financeiro por parte da Administração Central. Ao lado deste futuro Pavilhão temos o I.S.C.A., que irá ser inaugurado no dia um de Dezembro e que é sem dúvida um bonito exemplo de colaboração entre a Administração Central e a Local - e isto porque como é sabido quer o projecto, a fiscalização e o lançamento da obra estiveram a cargo do Município, que a administrou com os dinheiros enviados para o efeito pelo Estado. Foi também o resultado positivo que este trabalho obteve, que serviu de modelo ao Ministro da Educação para estar a tentar imprimir em Portugal uma nova política, que é a de atribuir às Câmaras Municipais a gestão deste tipo de empreendimentos.

Também na mesma área ao lado se prevê o lançamento do Centro de Juventude, bem como a instalação da nova sede da Junta de Freguesia da Glória. Ainda na área de Santiago, a Câmara deliberou também entregar um terreno para os Escuteiros fazerem a sua Sede, com o apoio do projecto M.E.R.E.C..

Continuando a sua intervenção disse ser esta a panorâmica em traços muito rápidos daquilo que acontece em toda aquela Zona de Santiago e que, como é natural, levanta problemas de tal dimensão e alguns de tal dificuldade que dir-se-ia, passe o exagero, que só a Zona de Santiago, justificaria só por si um Plano de Actividades Anual, de uma Câmara. Congratulou-se pelo facto de muitos problemas que se arrastam há anos estarem a ser resolvidos; deu uma pequena nota àcerca das obras que a Câmara tem desenvolvido no Estádio Mário Duarte, para seguidamente se referir à baixa de Santo António, a qual será num futuro muito próximo um dos grandes pulmões da cidade e na qual se insere também uma das grandes zonas verdes da cidade, dado que o Plano de Urbanização prevê, quatro ou cinco penetrações a espaços verdes a partir do centro da cidade, nomeadamente ao longo do Canal do Cojo e que penetra no Vale de Vilar, bem como o que começa no Alboi; Baixa de Santo António, Parque Municipal e vai até àquele arranjo exterior de Santiago(entre os prédios amarelos). Está-se neste momento a ultimar a Baixa de Santo António, têm surgido alguns problemas, dado que a natureza dos solos a nível de captações

*[Handwritten signature]*  
16.

locais criou algumas dificuldades. Está-se também a introduzir neste local, uma nova tecnologia de rega, a exemplo do que se pratica já em várias cidades da Europa, nomeadamente na cidade francesa de Arcachon, com quem a cidade de Aveiro, eventualmente irá fazer uma irmanação. O sistema em causa permite a rega de grandes hectares de zona ajardinada, sem grande dispêndio de mão de obra. Outro dos grandes empreendimentos que preocupa a Câmara é o Acesso Central - conseguiu-se que a Administração Central aceitasse em troca do nó Sul (junto aos Lacticínios), construído pela Câmara - construir o nó Central da Baixa de Vilar. Considerou também que Aveiro hoje, se pode orgulhar de ter cumprido em nove anos, todo o Plano Viário ou quase, definido no P.G.U.; Aveiro neste momento tem construído o Nó Sul; Nó Central, adjudicado e o Nó Norte da I.P.5, já em construção, quer isto dizer que neste momento as três grandes entradas de Aveiro começam a definir-se e a serem executadas. Referindo-se à Urbanização de Sá-Barrocas, considerou-a uma das prioridades da Câmara; foi aberta a Av. Central das Agrads do Norte, estando-se também neste momento a fazer um esforço no sentido de se abrirem frentes de construção, pois segundo estudos a nível do P.D.M., Aveiro precisa anualmente de uma oferta de oitocentos a mil Fogos, de iniciativa privada.

Considerou também que neste momento o valor dos terrenos está a subir de uma forma extremamente excessiva senão mesmo especulativa, e então para contrariar essa tendência altista que neste momento se faz sentir, só há uma maneira, que é a de lançar no mercado da construção civil, uma grande oferta de terrenos para construção. Para tanto a Câmara irá pôr em execução o mais rapidamente possível os Planos de Urbanização que tem em Sá-Barrocas; Agrads do Norte. No que se refere à Avenida Central da cidade, dar-se-á início à abertura de dois novos troços, um que terá o seu ponto inicial, junto à C.E.R.C.I.A.V., e irá até ao edifício onde está instalada a Brigada Agrícola; a expropriação deste edifício tem levantado alguns problemas, dado que não foi possível fazer a expropriação amigável; e o segundo troço irá até à Casa do "Albino Miranda".

Seguidamente referindo-se às Passagens Superiores e Inferiores do Caminho de Ferro, informou que neste momento a Câmara tem um projecto em apreciação na C.P., visando a construção de uma Nova Passagem, no lugar de Aradas, continuando portanto a política de supressão de Passagens de Nível e isto quer a Sul, quer a Norte da cidade, nomeadamente Mataduços e Cacia, pois o



*Silva*  
17.

estrangulamento de trânsito nos referidos locais começa a ser incomportável. Abordando também a construção do Parque T.I.R., disse ter-se iniciado já algumas aquisições de terrenos destinadas ao efeito e que o mesmo se situará nas imediações da Fábrica Renault. Neste momento a Câmara já deslocou o estacionamento dos Camions T.I.R., do Cojo, para um pré-terminal, junto aos Armazéns da "Lusavouga", está constituída também a equipa encarregada de contactar os proprietários, para as necessárias aquisições, foram fixados os critérios de preços/mq., a Câmara pediu também já a declaração de utilidade pública como medida cautelar.

No que se refere a equipamento Social, é também uma das preocupações da Câmara e neste momento encontra-se praticamente concluído o Centro Social de Taboeira, o Centro Social de Nã Sra. de Fátima; Cacia encontra-se na 2ª Fase. Entretanto foi aprovado o projecto do Centro Social de Eixo, Aradas e Nariz e foi lançado a concurso um pequeno edifício em Verba de carácter Social também. Fez referência aos Paços do Concelho de Esgueira, pois o mesmo encontrava-se num adiantado estado de degradação e neste momento iniciaram-se obras de recuperação, estando a empreitada a decorrer a bom ritmo. O arranjo do Largo Maia Magalhães está a ser ultimado, estando-se aplicar nova iluminação, posto o que, será alvo do mesmo tratamento a Trav. do Rossio, bem como o arranjo da zona circundante da Capela da Nã Sra das Febres, na zona da Beira-Mar.

Como grandes preocupações ainda do Executivo, referiu a construção da Nova Biblioteca; trata-se também de um projecto participado.

É também intenção da Câmara instalar o Museu de Caça e Pesca, na Baixa de Santo António, o qual futuramente poderá vir a desempenhar um papel preponderante no que se refere à defesa do ambiente e à protecção das espécies etc..

Foi também entretanto adjudicado o novo acesso Sul a Aveiro (trocço Mamodeiro/Aveiro), com um prazo de execução de dois anos, o que significa que daqui a dois anos a saída Sul de Aveiro, será extremamente rápida. Referiu também que dentro de um prazo relativamente curto (três anos) Aveiro ficará numa situação privilegiada, quer no que se refere a acessos à Auto-Estrada e a acessos interurbanos ou inter-regionais, o que significa que o estrangulamento de Aveiro acabou, o que sob o ponto de

vista da Câmara é um ponto positivo desta década que está prestes a terminar. A Via de Cintura Afastada (V.C.A.), complementa todos este vasto leque de acessos; a sair do Nó de Azurva, passará por Oliveirinha, Azenha de Baixo, Ílhavo e Vagos, neste momento o projecto encontra-se praticamente pronto e prevê-se a sua inclusão no Plano da J.A.E., dentro de dois anos, o que significa que dentro de dois anos será construída uma nova Variante a Aveiro.

Abordando a problemática da "Jerónimo Pereira Campos", disse prever-se para Dezembro a abertura do concurso, que dará início às obras de preservação daquele valioso imóvel da arquitectura industrial do primeiro quartel do século XX, cuja área interior será aproveitada para instalar várias actividades de carácter sócio-cultural e profissional. Aproveitou também para informar que a Câmara, tomou uma deliberação definitiva no sentido de introduzir no Planeamento, da cidade, o estacionamento em altura (Construção de Silos-Auto), visando o descongestionamento do trânsito citadino.

Parque de exposições, neste momento a Câmara está candidatada para a construção deste empreendimento ao FEOGA, PEDIP e FEDER, e envidará todos os esforços para que este grande Parque de Exposições, seja uma realidade.

Seguidamente referiu-se ao edifício adquirido há anos, em Esgueira, e onde inicialmente se previa instalar o Centro de Saúde - será agora instalado o Centro de Acolhimento de Emergência, Creche, Infantário Etc., que servirá de apoio a toda aquela zona densificada do Centro de Esgueira, que carece deste equipamento. O Centro de Acolhimento de Emergência, pode vir a permitir a criação em Aveiro de um Tribunal de Menores; este Centro destina-se a Jovens e Menores, que muitas vezes não têm família, andam à deriva e conseqüentemente são mais vulneráveis ao aliciamento para o submundo do crime; portanto a sua função social será a de acolher o Jovem, enquanto se decide um destino que o encaminhe para outras instituições que lhe dê uma adequada preparação-profissional.

Referindo-se a S. Jacinto, Freguesia onde neste momento se estão a fazer grandes investimentos, o Plano de Urbanização está a ser ultimado. A finalizar a sua intervenção, fez questão de salientar que a grande actividade que a Câmara Municipal e Serviços Municipalizados, estão a desenvolver, só é possível mercê dos apoios financeiros dos Fundos Comunitários e como é evidente também do aproveitamento que o Executivo faz desses fundos.

Seguiu-se no uso da palavra o Vereador Victor Silva, que começou por referir que neste momento o sector do qual é responsável, (S.M.) está com o maior volume de obras dos últimos anos. Em termos de abastecimento de Águas, desenvolvem-se trabalhos em todo o Sector Norte do Concelho, Cacia, Sarrazola, Quintã do Loureiro, Mataduços, Vilarinho, Paço etc.. Construção da Estação de Tratamento de Águas (Quinta do Simão), a qual se prevê entre em funcionamento dentro de dois três meses, para apoio a todo o sector norte. Procedeu-se também à abertura de um furo na Freguesia de Oliveirinha e respectiva estação elevatória. Informou também que no Plano de Abastecimento de Água à Zona de Aveiro, fez-se assinatura do contrato, para a construção da Estação do Carvoeiro, com a presença do Ministro do Plano, Valente de Oliveira, considerando isto como um passo importante, já que acabará finalmente com a possibilidade de Aveiro, vir a sofrer escassez do precioso líquido. Adiantou ainda que a 1ª Fase desta obra, irá a concurso ainda este ano. Em termos de saneamento estão a decorrer trabalhos em Cacia; a ampliação da ETAR de Santiago, resultará numa maior capacidade de tratamento de todo o esgoto debitado. Irá ser também adjudicado o saneamento de Vilar; foi adjudicado o saneamento de Verdemilho. A estação elevatória, junto ao Hotel Arcada, está também em fase de conclusão. Adjudicou-se também a estação elevatória de S. Roque.

A finalizar e em termos de transportes, informou que se fez a aquisição de mais um autocarro-articulado o que poderá vir a permitir dotar de transportes urbanos o lugar de Mataduços.

Seguiu-se no uso da palavra o Presidente da Mesa, que deu o período de antes da Ordem do Dia por terminado, passando-se à apreciação da agenda de trabalhos.

Ainda no uso da palavra, solicitou à Assembleia autorização para que se faça uma pequena alteração à ordem pontual dos trabalhos; a qual foi aceite pela Assembleia. Prosseguindo disse que os pontos nºs 2 e 3 da ordem de trabalhos, estão relacionados com o ponto nº 4-BIBLIOTECA MUNICIPAL -CONTRATO PROGRAMA, e por tal facto, disse ter-lhe sido sugerido para se tratar primeiramente este ponto, dado que mais facilmente os membros da Assembleia estariam em condições de apreciarem os pontos nº 2 e 3.

PONTO Nº 4 - BIBLIOTECA MUNICIPAL-CONTRATO  
PROGRAMA

Deliberação da reunião de Câmara de 7.11.88 - BIBLIOTECA MUNICIPAL: - "Na sequência da deliberação tomada em oito de Agosto, último, em que se deu nota dos contactos tidos com o Instituto Português do Livro e da Leitura, a Câmara tomou conhecimento do teor do Contrato-Programa a celebrar entre aquele Instituto e esta Autarquia, relativamente à obras de adaptação das instalações do Antigo Magistério Primário a Biblioteca Municipal cujos custos rondarão os cem milhões de escudos. Após breve troca de impressões sobre o assunto, foi deliberado, por unanimidade, aprovar aquele documento e submetê-lo à consideração da Assembleia Municipal, nos termos legais

Seguiu-se no uso da palavra o Vereador Celso Santos, que fez apresentação do referido ponto, começando por dizer o seguinte: - Submete-se à apreciação da Assembleia Municipal, um Contrato-Programa para a construção da Nova Biblioteca, que se pretende assinar com o Instituto Português do Livro e da Leitura e que resulta da necessidade de facto, de se criar um novo espaço para instalação de uma nova Biblioteca. Fazendo seguidamente um breve historial àcerca do desenrolar deste processo, que culminou com o apoio do Instituto Português do Livro; pesquisou-se um espaço onde esta poderia ser instalada, para aproveitar assim o apoio financeiro que nos era dado e ao mesmo tempo libertar outros espaços para neles instalar serviços Camarários. Então e face à rapidez com que se tinha que tomar uma decisão, decidiu-se por um edifício que à partida seria de mais fácil adaptação ao fim que se tinha em vista (Antigo Magistério Primário), mais bem situado e com possibilidades de maior integração no Centro da Cidade, entendeu-se então que o referido edifício servia o fim em vista. Aprovação foi feita também pelo I.P.L., que reconheceu o trabalho de adaptação sob o ponto de vista arquitectónico, bom e como tal, reunindo as características ao fim em vista. Esta Biblioteca ocupará uma área de mil cento e cinquenta metros quadrados, o que corresponde às necessidades impostas pelo I.P.L., e apresenta-nos situações novas, nomeadamente Secção de adultos, Secção Infantil e Secção de Audio-Vídeo. Há portanto a preocupação de criar meios modernos para atrair o leitor.

PONTO Nº 4 - BIBLIOTECA MUNICIPAL-CONTRATO  
PROGRAMA

Deliberação da reunião de Câmara de 7.11.88 - BIBLIOTECA MUNICIPAL: - "Na sequência da deliberação tomada em oito de Agosto, último, em que se deu nota dos contactos tidos com o Instituto Português do Livro e da Leitura, a Câmara tomou conhecimento do teor do Contrato-Programa a celebrar entre aquele Instituto e esta Autarquia, relativamente à obras de adaptação das instalações do Antigo Magistério Primário a Biblioteca Municipal cujos custos rondarão os cem milhões de escudos. Após breve troca de impressões sobre o assunto, foi deliberado, por unanimidade, aprovar aquele documento e submetê-lo à consideração da Assembleia Municipal, nos termos legais

Seguiu-se no uso da palavra o Vereador Celso Santos, que fez apresentação do referido ponto, começando por dizer o seguinte: - Submete-se à apreciação da Assembleia Municipal, um Contrato-Programa para a construção da Nova Biblioteca, que se pretende assinar com o Instituto Português do Livro e da Leitura e que resulta da necessidade de facto, de se criar um novo espaço para instalação de uma nova Biblioteca. Fazendo seguidamente um breve historial àcerca do desenrolar deste processo, que culminou com o apoio do Instituto Português do Livro; pesquisou-se um espaço onde esta poderia ser instalada, para aproveitar assim o apoio financeiro que nos era dado e ao mesmo tempo libertar outros espaços para neles instalar serviços Camarários. Então e face à rapidez com que se tinha que tomar uma decisão, decidiu-se por um edifício que à partida seria de mais fácil adaptação ao fim que se tinha em vista (Antigo Magistério Primário), mais bem situado e com possibilidades de maior integração no Centro da Cidade, entendeu-se então que o referido edifício servia o fim em vista. Aprovação foi feita também pelo I.P.L., que reconheceu o trabalho de adaptação sob o ponto de vista arquitectónico, bom e como tal, reunindo as características ao fim em vista. Esta Biblioteca ocupará uma área de mil cento e cinquenta metros quadrados, o que corresponde às necessidades impostas pelo I.P.L., e apresenta-nos situações novas, nomeadamente Secção de adultos, Secção Infantil e Secção de Audio-Vídeo. Há portanto a preocupação de criar meios modernos para atrair o leitor.

*Handwritten signature and number 21*


Prosseguindo informou também que esta Biblioteca disporá de um Quadro de pessoal próprio, prevendo-se a criação de dois lugares de Bibliotecário, dado que a mesma envolve a obrigatoriedade da existência da categoria de Bibliotecário; o restante quadro, que terá também que ser apresentado será completado com funcionários do Município, que detêm já as categorias exigidas pelo I.P.L.. A finalizar referiu também que foi procurado junto da Gulbenkian, o apoio necessário, relativamente ao facto de se poder agregar a esta Biblioteca, a Biblioteca Itinerante, a qual tem por objectivo fazer erradiar da nova Biblioteca um acompanhamento do livro por leitores de outras áreas concelhias, nomeadamente Águeda, Oliveira do Bairro, Ílhavo, A.A.-Velha e prioritariamente o concelho de Aveiro; isto resultará sem dúvida no despertar de um maior interesse pela leitura e traz simultaneamente a oferta anual por parte da Gulbenkian, de dois milhares de contos em livros, que entrarão portanto no nosso concelho. Resumindo propõe-se que a Assembleia venha de facto a deferir a instalação da nova Biblioteca e consequentemente o respectivo protocolo.

Seguiu-se no uso da palavra a Arqtª Diamantina, autora do projecto, que fez explanações sobre a unidade arquitectónica do conjunto e a conjugação dos espaços, de molde a torná-lo funcional e harmonioso.

Seguiram-se alguns pedidos de esclarecimentos sobre dúvidas suscitadas nomeadamente quanto a espaços destinados a deficientes audio-visuais, bem como acessos para deficientes motores, as quais foram prontamente dissipadas pela referida Técnica, que informou que estes aspectos também foram acautelados.

Seguidamente e fazendo a articulação dos pontos n.ºs 2, 3 e 4, usou da palavra o funcionário Rui Barros, que começou por referir que um dos requisitos necessários para instruir o processo de candidatura, era a inscrição no Plano de Actividades, a recuperação do edifício para a instalação da Biblioteca e que constasse esta rubrica; e também que o Orçamento da Câmara fizesse referência a essa mesma obra, motivo pelo qual veio a esta Assembleia a 1ª Revisão ao Plano de Actividades e a 2ª Revisão ao Orçamento, assim como a criação dos dois lugares de Bibliotecário, referidos já pelo Vereador Celso Santos.

Aproveitou-se a Revisão Orçamental para incluir na parte da receita, uma alteração, que diz respeito à Con-



tribuição Predial Rústica, às Derramas e à Sisa, importâncias na ordem dos vinte mil, quarenta e nove mil e vinte e seis mil contos, respectivamente, que já foram cobradas a mais, em relação às previsões para que apontava o Orçamento inicial.

Relativamente às Despesas aparecem despesas com a construção da nova Biblioteca que se estimam em vinte e quatro mil contos, durante o ano em curso e aparecem outras que motivadas pelo grande volume de trabalhos em curso, tiveram necessidade de ser reforçadas.

Usando novamente da palavra o Presidente da Mesa e após os esclarecimentos prestados, pôs à discussão o Orçamento Ordinário de 1988 - 2ª Revisão.


Usou da palavra o Vogal Carlos Jerónimo, para interrogar a Câmara relativamente ao destino que pretende dar às várias Associações Culturais e Recreativas, que se encontram instaladas no Edifício do Magistério Primário, no qual irá ser instalada a Nova Biblioteca.

Em resposta usou novamente da palavra o Vereador Celso Santos, que considerou a pergunta pertinente e informou que as mesmas já foram ouvidas e neste momento existe um protocolo preparado e em fase de assinatura, prevendo-se a instalação provisória destas Associações, num sector desactivado e com área considerável, na Fábrica de Moagens Aveirenses, pois o espaço em causa é considerado adequado para o exercício das várias actividades promovidas pelas associações.

Seguiu-se no uso da palavra a Vogal Maria Antónia Pinho e Melo, e referindo-se ao Orçamento, disse que os receios manifestados pela Câmara, quanto a uma eventual diminuição de receitas resultante da alteração da lei da Sisa, afinal era infundada, pois veio a verificar-se que não há razão para esses receios e isto porque ao contrário de diminuírem, essas receitas aumentaram na ordem dos noventa e cinco mil contos, prevendo-se para o próximo ano um aumento espectacular de receitas. Suscitou também dúvidas quanto à percentagem com despesas de pessoal que o Orçamento comporta; pois a lei prevê um plafond de 60% e que o mesmo não possa ser ultrapassado.

Referiu também a sua discordância quanto ao funcionamento de um Bar, a instalar na Nova Biblioteca.

Retomando a palavra o Vereador Celso Santos



esclareceu que a inclusão do referido Bar no projecto é uma imposição do próprio I.P.L..

Usando novamente da palavra e relativamente à Sisa, o funcionário Rui Barros, disse que a mesma aumentou de facto, mas o montante cifra-se na ordem dos vinte e seis mil contos. No que respeita ao plafond com despesas de pessoal, disse ser de facto 60% das receitas do ano anterior; acontece que as receitas têm vindo a aumentar bastante, por tal facto está-se longe de atingir o referido limite.

Seguidamente e dado que houve um tratamento interligado dos pontos nºs 2; 3 e 4, o Presidente da Mesa submeteu-os à votação: PONTO Nº 2 - ORÇAMENTO ORDINÁRIO DE 1988- 2ª REVISÃO.

Deliberação de Câmara de 17.10.88 - ORÇAMENTO-2ª REVISÃO: - "Foi presente a 2ª Revisão ao Orçamento Ordinário para o ano em curso, a qual importa, tanto na receita como na despesa, na quantia total de cento e sessenta e três milhões e setecentos mil escudos, tendo sido deliberado, por unanimidade, aprovar aquele documento e submeter o mesmo à consideração da Assembleia Municipal, nos termos legais".


Posto à votação mereceu aprovação por vinte e um votos a favor e uma abstenção.

PONTO Nº3 - PLANO DE ACTIVIDADES DE 1988-  
1ª REVISÃO

Deliberação de Câmara de 17.10.88 - CÂMARA MUNICIPAL - PLANO DE ACTIVIDADES PARA 1988: - A Câmara tomou conhecimento de uma alteração ao Plano de Actividades para o ano em curso, motivada pela obra de recuperação do edifício do Antigo Magistério Primário para a instalação da Biblioteca Municipal, a qual mereceu aprovação, por unanimidade, e vai ser submetida à consideração da Assembleia Municipal, nos termos legais.

Submetido a votação mereceu aprovação por vinte e um voto a favor e uma abstenção.



  
24.

Seguiu-se uma declaração de voto do Vogal Carlos Jerónimo nos seguintes termos: - "era só para assinalar que votei favoravelmente esta alteração ao Plano de Actividades, por me parecer extremamente aliciante a criação de uma Biblioteca Municipal; enfim parece que vai ser uma coisa bonita, mas queria ressaltar as garantias que o Snr. Professor Celso, já me deu de que as Associações Culturais, lá existentes merecerão ou continuarão a merecer atenção que lhe é devida".

PONTO Nº 4 - BIBLIOTECA MUNICIPAL-CONTRATO  
PROGRAMA

Deliberação de Câmara de 7.11.88.- BIBLIOTECA-MUNICIPAL: - Na sequência da deliberação tomada em 8 de Agosto último, em que se deu nota dos contactos tidos com o Instituto Português do Livro e da Leitura, a Câmara tomou conhecimento do teor do Contrato-Programa a celebrar entre aquele Instituto e esta Autarquia, relativamente às obras de adaptação das instalações do Antigo Magistério Primário a Biblioteca Municipal cujos custos rondarão os cem milhões de escudos. Após breve troca de impressões sobre o assunto, foi deliberado, por unanimidade, aprovar aquele documento e submetê-lo à consideração da Assembleia Municipal, nos termos legais.

Submetido a votação, mereceu aprovação por unanimidade.

Seguidamente e dado tratar-se de um ponto subsequente do anterior - BIBLIOTECA MUNICIPAL - CRIAÇÃO DE LUGARES, o Presidente submeteu também à votação o PONTO Nº 13 - BIBLIOTECA-MUNICIPAL-CRIAÇÃO DE LUGARES.

Deliberação de Câmara de 24.10.88: - CRIAÇÃO DE LUGARES: - "Tendo em vista as exigências da nova Biblioteca Municipal, foi deliberado, por unanimidade, criar no respectivo Quadro

*[Handwritten signature]*  
25.  
*[Handwritten initials]*

de Pessoal, dois lugares de Bibliotecário e submeter o assunto à consideração da Assembleia Municipal".

Submetido a votação, mereceu também aprovação por unanimidade.

Seguiu-se uma declaração de voto da Vogal Maria Antónia Pinho e Melo, nos seguintes termos: "votei a favor baseando-me nas declarações do Snr. representante da Câmara, de que está muito longe do tecto de percentagem de 60%."

Usando novamente da palavra o Vereador Celso Santos, leu uma informação dos Serviços de Cultura, relativa a um problema levantado pela Vogal Maria Antónia Pinho e Melo, numa sessão anterior e que se relaciona com os painéis de azulejo com passagens dos Lusíadas, colocados na casa onde está instalado actualmente o C.A.T

Passando a ler a informação:

" Os Serviços de Cultura informam que, os painéis em causa são produto da Fábrica da Fonte Nova, datados de 1890, em número de nove e versam passagens dos Lusíadas. São painéis a Azul e branco de fino recorte e primoroso desenho, estavam colocados na Casa dos Morgados da Pedricosa, pequeno Paço do primeiro Terço do século XVII, adquirido pela Câmara em 1979. Todos os painéis, tinham faltas de azulejo, como outros em mau estado de conservação. Pelo que a Câmara decidiu contactar o Snr. Joaquim Videira, para indicar aqueles que seriam de retirar para restauro. Aquele trabalho foi confiado aos operários da Câmara aos quais não foi possível retirar os azulejos, sem danificar os painéis devido ao mau estado de conservação do suporte aparente. Na sequência desta situação a Câmara incumbiu o Snr. Joaquim Videira de proceder à recuperação dos painéis, ao que desde sempre se tem dedicado, utilizando os mais diversos materiais para recuperar todo o tecido azulejar. Porém dado que todo o trabalho tem sido improfícuo estes serviços diligenciaram junto do Museu do Azulejo para que alguns dos seus Técnicos se desloquem a esta cidade a fim de procederem à peritagem de todos os azulejos, estando aprasada a sua vinda para fins do próximo mês de Janeiro".

A terminar disse julgar ter prestado os esclareci-

mentos necessários à questão que foi levantada.

Dado o adiantado da hora, o Presidente deu por encerrada a presente reunião.

Eram 00,40 do dia vinte e quatro.

Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente acta, que no que for omissa melhor poderá ser confrontada pela gravação elaborada, que vai ser assinada pelo Presidente e pelos Secretários, nos termos legais.

